

Rankings internacionais acadêmicos, oligopólio editorial científico e produção de conhecimento-mercadoria aplicado no Brasil

International academic rankings, the scientific publishing oligopoly and the production of applied commodity knowledge in Brazil

Everton Henrique Eleutério Fargoni

João dos Reis Silva Júnior

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Afrânio Mendes Catani

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo-Brasil

Resumo

O artigo analisa as inter-relações entre os *rankings* acadêmicos internacionais, o oligopólio das editoras científicas e a produção de conhecimento nas universidades brasileiras. A pesquisa destaca como a predominância de grandes editoras influencia as agendas de pesquisa, promovendo uma mercantilização do saber que subordina a ciência a critérios de mercado. A busca por excelência e visibilidade internacional, impulsionada por métricas de impacto, resulta em uma produção científica que prioriza a quantidade em detrimento da profundidade analítica. Essa dinâmica compromete a autonomia das instituições e aliena os pesquisadores de seu papel transformador, gerando um ambiente acadêmico competitivo e individualista que dificulta a colaboração e a inovação. O estudo conclui que a ciência, ao se tornar mercadoria, enfrenta desafios significativos para atender às demandas sociais e globais.

Palavras-chave: Competitividade na ciência; Educação superior; Mercantilização do conhecimento.

Abstract

The article analyzes the interrelationships between international academic rankings, the oligopoly of scientific publishers and the production of knowledge in Brazilian universities. The research highlights how the predominance of large publishing houses influences research agendas, promoting a commodification of knowledge that subordinates science to market criteria. The quest for excellence and international visibility, driven by impact metrics, results in scientific production that prioritizes quantity over analytical depth. These dynamic compromises the autonomy of institutions and alienates researchers from their transformative role, generating a competitive and individualistic academic environment that hinders collaboration and innovation. The study concludes that science, in becoming a commodity, faces significant challenges in meeting social and global demands.

Keywords: Commodification of knowledge; Competitiveness in science; Higher education.

Introdução

O presente artigo objetiva debater as inter-relações entre a ascensão dos *rankings* acadêmicos internacionais, o poder oligopolístico das editoras científicas e a produção de conhecimento nas instituições de ensino superior brasileiras. Ao analisar como essas forças se entrelaçam, buscamos compreender os impactos dessa dinâmica sobre a autonomia institucional e o trabalho do professor-pesquisador.

A mercantilização do conhecimento nas universidades públicas brasileiras é um fenômeno complexo que exige uma análise aprofundada. Este estudo, fundamentado em nossas pesquisas recentes, busca compreender como o capital financeiro influencia a produção científica e as condições de trabalho dos pesquisadores. Ao refletir os mecanismos por trás desse processo, pretendemos contribuir para o debate sobre o papel social da universidade e a importância de garantir a autonomia da pesquisa.

A mundialização do capital, segundo Chesnais (1996), oferece um marco analítico fundamental para compreender a crescente influência dos *rankings* acadêmicos internacionais e das grandes editoras científicas sobre a produção de conhecimento. Ao nos debruçarmos sobre os trabalhos de Silva Júnior (2017), Bianchetti e Sguissardi (2017), Paulani (2008), Knight (2016) e Marginson (2016;2017), buscaremos aprofundar essa análise, demonstrando como a lógica do mercado penetra nas universidades, transformando o conhecimento em mercadoria e reconfigurando as relações entre as instituições de ensino superior e o sistema global de produção científica.

Sob a égide da mundialização neoliberal, a educação superior brasileira tem sido cada vez mais submetida à lógica do mercado, contribuída pela crescente influência de oligopólios editoriais e *rankings* universitários. A partir dos anos 2000, a consolidação de grandes conglomerados educacionais e a institucionalização de métricas complexas para avaliação das instituições de educação superior (IES) intensificaram a competição acadêmica, incentivando a produção de conhecimento alinhada às demandas do mercado em detrimento da pesquisa básica e por muitas vezes, da formação crítica. Essa dinâmica, ao mercantilizar o conhecimento, para estar comprometendo profundamente a autonomia institucional das universidades estatais.

Paralelamente, os oligopólios editoriais, ao controlarem a publicação e a disseminação do conhecimento, exercem um poder significativo sobre a agenda de pesquisa e a valorização

de determinadas áreas do saber. Essa sinergia entre o mercado editorial e a lógica competitiva dos *rankings* universitários resulta em uma mercantilização do conhecimento que parece estar comprometendo a autonomia das instituições, ao mesmo tempo que está influenciando até o pensamento sobre o exercício do trabalhador da pesquisa, que passou a celebrar alienadamente a posição nos *rankings* da universidade onde trabalha, entrando em contradição com a questão crítica do seu próprio papel como pesquisador que critica a orientação do trabalho científico sob a lógica do capital financeiro.

A sinergia entre os oligopólios editoriais e a lógica competitiva dos *rankings* universitários intensifica a mercantilização do conhecimento. Isso submete a produção acadêmica a uma lógica de mercado cada vez mais acentuada. As grandes editoras científicas, ao controlarem a publicação e disseminação do conhecimento, influenciam a agenda de pesquisa e valorizam determinadas áreas do saber. Paralelamente, parece estar modificando a autonomia dos pesquisadores, levando-os, inclusive, a celebrar de forma alienada as posições nos *rankings* das universidades onde trabalham.

São esses entrelaces que discutiremos, a fim de propor uma visão crítica sobre os acontecimentos que permeiam a realidade mais recente no âmbito da educação superior brasileira. Além de enfrentar desafios no financiamento de pesquisas, com reduções e contingenciamentos nos últimos anos, o sistema também sofre com a reorganização dos organismos acadêmicos, em detrimento das políticas neoliberais que persistem no campo político em relação ao científico.

Ciência: moeda, vitrine e competição

A discussão contemporânea sobre as transformações na pesquisa acadêmica, especialmente no contexto da educação superior, emerge como um complexo tecido de relações, entrelaçando as dinâmicas intrínsecas à ciência, as pressões do cenário econômico global e as profundas mutações nas interações sociais que moldam a produção do conhecimento. Adotando o conceito de mundialização do capital de Chesnais (1996) como lente analítica, buscamos compreender como a ciência, antes um bem comum da humanidade, parece estar se transformando em uma poderosa mercadoria, submetida às leis do mercado e às demandas das plataformas de disseminação do conhecimento.

Com base na premissa de Chesnais (1996), a vertiginosa evolução tecnológica que caracteriza o século XXI impõe-se como um imperativo global. Nessa conjuntura, a

mundialização do capital emerge como um elemento central do sistema capitalista contemporâneo, no qual a totalidade dos bens e serviços encontra-se sujeita à lógica da mercantilização. A ausência de limites intrínsecos ao capitalismo, evidenciada pela crescente “comodificação” de recursos naturais, desde as profundezas oceânicas até o espaço sideral, corrobora essa assertiva.

A mercantilização da natureza, intrínseca ao capitalismo tardio, é exemplarmente ilustrada pela crescente tendência de transformar tudo em potencial mercadoria. Chesnais (1996), ao analisar a financeirização da economia, evidencia como a lógica do valor de troca subjuga o valor de uso, submetendo bens e serviços naturais a uma intensa valorização financeira. A natureza, antes percebida como um reservatório inesgotável, foi leiloado como um ativo a ser explorado e comercializado.

A concepção de acumulação flexível, proposta por Harvey (2006), corrobora essa afirmação, revelando como a fragmentação da produção e a globalização intensificam a busca por novos mercados, impulsionando a *commodification* (comodificação) de tudo que pode gerar lucro. Assim, a água, o ar, os genes e os ecossistemas são convertidos em objetos de compra e venda, atestando a abrangência e a profundidade desse processo.

A ciência, outrora considerada um bem público e um catalisador do progresso, também sucumbe à lógica da mercantilização. A pesquisa científica, cada vez mais condicionada a investimentos privados, é direcionada à produção de conhecimento patenteável e comercializável. A biotecnologia, ao manipular a vida em nível molecular, exemplifica essa tendência ao abrir vastas possibilidades para a criação de novos produtos e a geração de lucros substanciais. A patenteabilidade de organismos vivos e processos biológicos consagra a natureza como propriedade privada, submetendo-a às imperiosas “regras” do mercado.

Imergida na mundialização do capital financeiro, a ciência, condicionada na *commodification* (Harvey, 2006), oscila entre a promessa de progresso e a servidão aos interesses corporativos e financeiros. A busca incessante por inovação, embora necessária para o desenvolvimento humano, impulsiona a exploração desenfreada da natureza e exacerba as disparidades sociais, configurando um paradoxo que tensiona os fundamentos da pesquisa científica.

Sob a lente analítica de Chesnais (1996), a financeirização da economia revela a hegemonia do capital financeiro, que subjugua a produção e a inovação a seus imperativos. Nesse contexto, a ciência é instrumentalizada como alavanca para a geração de lucros, sendo canalizada para áreas de pesquisa com maior potencial de rentabilidade. A produção científica, fragmentada e hiperespecializada, submete-se à lógica da mercantilização, que engenhosamente produz um filho proveniente do trabalho dos professores-pesquisadores: o conhecimento-mercadoria.

A análise marxiana do fetiche da mercadoria, como explicitada em suas obras (2013; 2017), oferece um arcabouço teórico pontual para compreender este complexo que subjaz à mercantilização do conhecimento científico. Ao mediar as relações sociais por meio de relações entre coisas, a lógica da mercadoria permeia inclusive o campo científico moderno, onde o avanço vertiginoso da inteligência artificial, por exemplo, coexiste com a crescente mercantilização do conhecimento. Nesse sentido, o valor atribuído a uma descoberta científica não se assenta primordialmente em sua utilidade social, mas sim em seu potencial de gerar lucro.

Nas instituições públicas brasileiras, epicentro da produção científica nacional, os docentes, frequentemente sobrecarregados com funções administrativas e de pesquisa, vivenciam uma alienação crescente de seu trabalho. Submetidos à pressão institucional por resultados imediatos, esses agentes, transformados em produtores de mercadorias intelectuais, veem a nobre missão da ciência refém de conjunturas políticas e econômicas. A busca incessante por reconhecimento e financiamento, embora legítima, distorce os objetivos da pesquisa, subordinando a produção do conhecimento a critérios extrínsecos e imediatistas.

A lógica da publicação e da captação de recursos, intensificada no cenário científico nacional, conforme descrito por Sguissardi e Silva Júnior (2009), tem impulsionado uma acirrada competição entre pesquisadores. Esse ambiente de desconfiança e individualismo, que se instaurou, parece estar minando a colaboração e a troca de saberes, deslocando a ciência de uma construção coletiva para um campo de disputa individualista.

A crescente interconexão da comunidade científica global, intensificada pela colaboração entre pares e pela imersão em redes de pesquisa, não tem gerado apenas um acúmulo de conhecimento, mas também um profundo esgotamento entre os pesquisadores.

A percepção de um ambiente acadêmico cada vez mais hostil, somada à crescente mercantilização da ciência, tem atrapalhado a vocação original da pesquisa. Na mundialização do capital, ao transformar o conhecimento em mercadoria, tem fragmentado a produção científica, superficializando-a e alienando-a dos grandes desafios da humanidade. Paradoxalmente, a mesma ciência que busca soluções para problemas globais encontra-se aprisionada em um sistema que a impede de alcançar seu pleno potencial.

A subordinação da ciência ao capital financeiro, inerente ao modo de produção capitalista, reifica o trabalho do pesquisador, transformando-o em uma mera engrenagem de um sistema de produção competitiva e alienante. Conforme Mészáros (2009), a razão da acumulação infinita do capital invade todos os âmbitos da vida social, inclusive a produção do conhecimento, submetendo a pesquisa científica a imperativos econômicos que comprometendo a viabilidade de pesquisas com finalidade emancipatória.

Ao conceber a ciência como uma vitrine em uma loja abarrotada de pensadores e cientistas, onde a competição por recursos, reconhecimento e visibilidade em *rankings* e periódicos de alto impacto é ferrenha, não estamos meramente tecendo uma metáfora. Nesse intrincado sistema de interações institucionais, políticas e econômicas, Mészáros (2002, p. 39) sintetiza a condição do pesquisador como a de um "trabalhador intelectual alienado". Essa alienação não se restringe à produção do conhecimento, mas se estende à própria capacidade crítica do sujeito, aprisionando-o em uma lógica instrumental que o impede de questionar os fundamentos do sistema que o subjuga.

Imerso no ecossistema digital, o cientista, paradoxalmente, valida sua própria alienação. Ao celebrar a ascensão de sua instituição em *rankings* acadêmicos, ele internaliza as métricas e pressões impostas por essas plataformas classificatórias. Essa dinâmica, intrínseca ao sistema universitário contemporâneo, especialmente no contexto brasileiro, intensifica a carga de trabalho do pesquisador, submetendo-o a um ritmo frenético que, não raro, compromete sua saúde física e mental.

O quadro desses nexos entre economia, política e ciência no Brasil, sob a égide do neoliberalismo, revela um cenário em que a produção do conhecimento é submetida a uma lógica mercantil que reconfigura suas finalidades e processos. Conforme Fargoni et al. (2023), essa inserção da lógica neoliberal na ciência brasileira intensifica a precarização do trabalho acadêmico, submetendo os pesquisadores a uma competição acirrada por recursos

financeiros em um contexto de instabilidade institucional. Essa instrumentalização da ciência, caracterizada pela emergência da “tecnociência” (Fargoni et al. 2023), transforma a produção do saber em um campo de disputa onde a autonomia acadêmica é sacrificada em nome de interesses financeiros.

Essa dinâmica não somente compromete a qualidade das publicações científicas, nivelando-as por um padrão de superficialidade e submissão às demandas mercadológicas, como também restringe a amplitude temática da pesquisa, relegando ao ostracismo áreas menos lucrativas. A intersecção entre o neoliberalismo e a ciência no Brasil, pode, portanto, reconfigurar o valor epistemológico do conhecimento, impondo um regime de produção que prioriza a eficiência econômica em detrimento da integridade intelectual e da profundidade investigativa, delineando um cenário preocupante para o futuro da pesquisa científica nacional.

Rankings acadêmicos: farol ou novo manual de práticas científicas?

A profunda reconfiguração do Estado brasileiro, desencadeada pela implementação de políticas neoliberais nas últimas décadas, culminou na naturalização da esfera pública como um bem comum, submetido às lógicas de mercado. A reforma do Estado, emblemática dos anos 1990, redefiniu o papel das instituições públicas de ensino superior, concentrando a pesquisa científica nas universidades estatais, enquanto o setor privado expandiu sua oferta de cursos de graduação, moldando um novo perfil para o ensino superior nacional.

Considerando a consolidação do modelo neoliberal e seu impacto na esfera pública brasileira, em especial no setor educacional, torna-se imprescindível analisar a dinâmica da produção científica nacional, historicamente concentrada nas universidades públicas. A globalização neoliberal, com suas demandas por inovação tecnológica e competitividade, redefiniu profundamente o sistema científico brasileiro, direcionando a pesquisa para áreas estratégicas, como recentemente, a inteligência artificial como grande tópico. Essa nova configuração, porém, impõe desafios e questionamentos sobre a autonomia da pesquisa, a distribuição de recursos e o papel social da ciência.

A ambição das grandes corporações em cooptar talentos universitários, com o intuito de impulsionar seus lucros, reflete a intrínseca ligação entre o mundo acadêmico e as forças do mercado global. Essa relação, no entanto, também expõe uma bifurcação na aplicação do conhecimento científico: de um lado, a ciência a serviço do capital, instrumentalizada para a

consolidação do monopólio; de outro, a ciência comprometida com a compreensão e a resolução das complexas demandas da sociedade civil. Embora distintas em seus objetivos, essas duas vertentes da ciência coexistem, produzindo um cenário em que o conhecimento científico se torna um campo de disputa entre interesses contraditórios.

A dicotomia entre a produção científica direcionada ao mercado e aquela voltada para a investigação teórica, embora subjacente, manifesta-se de forma evidente no cotidiano acadêmico. Enquanto uma parcela significativa dos pesquisadores busca a patenteabilidade de seus trabalhos e a estreita colaboração com o setor privado, outra parcela dedica-se à produção de conhecimento fundamental, aprofundando questões teóricas que, embora essenciais para o avanço científico, podem não apresentar um retorno financeiro imediato. Essa dualidade, longe de gerar antagonismo, coexiste em um cenário complexo e dinâmico.

Nesse contexto, os *rankings* acadêmicos internacionais emergem como um referencial cada vez mais influente, influenciando nas prioridades e práticas de pesquisa nas instituições de ensino superior. Os critérios adotados por essas avaliações, ao estabelecerem parâmetros para a produção científica, podem afetar as investigações acadêmicas, impactando tanto as temáticas abordadas quanto as metodologias empregadas e os públicos-alvo das pesquisas.

Assim, a presente análise, parte de estudos mais amplos, tem como foco central a crescente influência dos *rankings* acadêmicos internacionais sobre a produção científica nas universidades públicas brasileiras. Duas motivações principais nortearam nossas indagações: a primeira, a polarização crescente entre pesquisadores que veem nos *rankings* uma ferramenta para impulsionar suas carreiras individuais e o prestígio institucional, e a segunda, a aparente desconexão entre a produção acadêmica e as demandas sociais, marcada pela intensificação do trabalho e a celebração de resultados que, muitas vezes, reforçam as desigualdades existentes. A adesão a esses *rankings*, por parte de pesquisadores que se autodeclaram críticos do sistema econômico, revela uma complexa dinâmica na qual as aspirações individuais e as pressões institucionais parecem sobrepor-se aos compromissos com a transformação social.

A quantofrenia, conceito cunhado por Gaulejac (2007) para descrever a obsessão contemporânea por métricas e quantificação, revela-se particularmente aguda no campo da pesquisa acadêmica. A pressão por publicar em excesso, patentear descobertas e competir por financiamento, engendrada pela lógica capitalista de mercantilização do conhecimento,

tal como antecipado por Marx (2017), transforma o pesquisador em um produtor intelectual alienado. Submetido à lógica da quantificação, o pesquisador vê seus trabalhos reduzidos a indicadores numéricos – publicações, citações, fatores de impacto –, desvinculando-se, muitas vezes, da dimensão qualitativa e crítica da pesquisa.

Gaulejac (2007) alerta também para a possibilidade de uma adesão meramente formal aos critérios estabelecidos por instituições de avaliação, como os *rankings* acadêmicos. A aparente conformidade com as diretrizes institucionais, exigidas pelos sistemas de financiamento e pela própria universidade, pode mascarar um profundo desconforto por parte dos pesquisadores.

A pressão por produtividade, a busca incessante por resultados quantificáveis e o ritmo acelerado da pesquisa geram, muitas vezes, conflitos internos e tensões que não se manifestam explicitamente nos indicadores utilizados para a avaliação institucional. Essa dissonância entre as exigências externas e as experiências subjetivas dos pesquisadores evidencia a natureza paradoxal da avaliação acadêmica contemporânea, na qual a valorização de métricas e resultados quantitativos pode levar à produção de conhecimento superficial e à desvalorização da dimensão qualitativa da pesquisa.

Nessa quantofrenia, ao exacerbar a busca por pontuações, obscurece os impactos subjetivos da produção científica sobre os próprios pesquisadores. A pressão por publicar em excesso e a valorização de indicadores numéricos podem levar à negligência de aspectos cruciais da investigação, como a reflexão crítica, a criatividade e a profundidade analítica. Conforme apontam os estudos de Marx (2013; 2017), a alienação do trabalho, caracterizada pela submissão do indivíduo a uma lógica instrumental e quantitativa, pode gerar efeitos desumanizantes, comprometendo a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores. No contexto da pesquisa acadêmica, essa alienação se manifesta na transformação do pesquisador em um mero produtor de dados, desvinculado do propósito mais amplo da ciência.

Como funcionam os *rankings* internacionais

Para compreender a complexidade da alienação intelectual no contexto contemporâneo, é preciso analisar o processo de trabalho sob a ótica da organização mundial do trabalho. Onde indivíduos que se posicionam criticamente e se autodenominam intelectuais podem, em determinados contextos, internalizar e legitimar mecanismos que

antes contestavam. Ao celebrarem os mesmos sistemas que, em outros momentos, foram alvo de suas críticas, esses indivíduos demonstram como os novos esquemas de trabalho podem remodelar suas percepções e valores, submetendo-os a uma lógica produtivista que, por vezes, se contrapõe aos seus próprios princípios.

Inseridos em um contexto global marcado pela intensificação da competição entre instituições de ensino superior, os *rankings* acadêmicos aparecem como poderosos instrumentos de avaliação – um “farol” para as universidades. A diversidade de metodologias empregadas por diferentes instituições classificatórias, como o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), o *Higher Education Assessment and Accreditation Board* (HEEACT) e o *Times Higher Education* (THE), reflete a complexidade da tarefa de mensurar a qualidade institucional. Ao estabelecerem uma série de indicadores que visam capturar a produção científica, a influência internacional e o impacto social das universidades, esses *rankings* exercem um papel central na construção da reputação institucional e, indiretamente, na alocação de recursos financeiros. A adoção de critérios específicos por cada ranking, por sua vez, influencia as prioridades das instituições, incentivando-as a direcionar seus esforços para atender às exigências das avaliações e, assim, alcançar melhores posições nos *rankings*.

O ARWU, elaborado pela *Shanghai Jiao Tong University*, destaca-se por sua rigorosa metodologia, que privilegia indicadores associados à excelência acadêmica e à produção de conhecimento de impacto global. A ênfase em atributos como a premiação de ex-alunos e professores com Nobel e Medalhas *Fields*, além da quantidade de publicações em periódicos de alto impacto, confere ao ARWU uma reputação de ranking que valoriza a tradição e a excelência na pesquisa.

Em contraponto, o *Higher Education Assessment and Accreditation Board* (HEEACT) apresenta uma abordagem mais abrangente, que além de considerar a produção científica, avalia a qualidade do ensino e incorpora uma diversidade de indicadores que buscam refletir a complexidade do desempenho institucional. Ao ampliar o escopo de sua análise, o HEEACT oferece uma perspectiva mais holística da qualidade das universidades, complementando as informações fornecidas pelo ARWU.

O *Times Higher Education* (THE), por sua vez, consolidou-se como um dos *rankings* universitários mais influentes do cenário global, adotando uma metodologia abrangente que avalia as instituições sob múltiplas dimensões. Ao ponderar indicadores relacionados ao

ensino, pesquisa, citações, internacionalização e transferência de conhecimento, o THE proporciona uma visão geopolítica do desempenho institucional, transcendendo a mera quantificação de publicações e prêmios. A capacidade do THE de mensurar não apenas a excelência acadêmica, mas também a relevância social e a capacidade de inovação das universidades, alinha-o às demandas de um mercado global cada vez mais competitivo e interconectado.

O *QS World University Rankings*, elaborado anualmente pela Quacquarelli Symonds (QS), constitui outro marco na avaliação comparativa de instituições de ensino superior em escala global. Ao analisar mais de 1.500 universidades em 105 sistemas educacionais, o QS considera uma ampla gama de indicadores, que incluem a reputação acadêmica, a empregabilidade dos graduados, o impacto da pesquisa e a internacionalização.

Essa abrangência metodológica confere ao *ranking* uma relevância singular, tanto para estudantes e pesquisadores em busca de oportunidades de estudo e colaboração, quanto para as próprias instituições, que utilizam a classificação como um termômetro para medir seu desempenho e projetar sua imagem internacional. A visibilidade conferida pelo QS tem sido fundamental para a valorização de instituições como a Universidade de São Pauloⁱ (USP), que, ao alcançar posições de destaque no *ranking*, consolidou sua reputação como referência na América Latina e gerou um amplo debate entre a comunidade acadêmica.

A crescente competitividade entre as instituições de ensino superior brasileiras, que não parece ser mais velada, está exacerbada pela pressão por recursos financeiros, tornando os *rankings* acadêmicos instrumentos de poder cada vez mais influentes. A associação entre a posição em um *ranking* e o acesso a financiamento, tanto público quanto privado, implica nas estratégias institucionais. A noção de “universidade de classe mundial”, tal como conceituada pelo Banco Mundial (2009; 2011), que além da excelência em pesquisa busca a interação com o setor produtivo e a geração de inovações com potencial de mercado, intensifica essa dinâmica.

A influência do Banco Mundial (2009) na configuração do modelo de universidade de excelência global é inegável. Ao estabelecer parâmetros e expectativas para o que se considera uma instituição de classe mundial, a instituição financeira internacional atua como um poderoso agente de normatização, orientando as práticas e as ambições das universidades em todo o mundo. A ênfase em indicadores como a produção científica de alta

qualidade, a internacionalização e a articulação com o setor produtivo, explicitada em documentos como o relatório de 2009 (cf. Banco Mundial, 2009), induz as universidades a adotarem estratégias que priorizem a pesquisa de ponta e a geração de conhecimento com potencial de aplicação prática.

A metodologia de ranqueamento promovida pelo Banco Mundial, com sua ênfase nas citações em periódicos de alto impacto, frequentemente vinculados a um restrito grupo de editoras, impulsiona uma valorização da pesquisa quantitativa e padronizada. Para atender a essas expectativas, as universidades devem adotar estratégias que promovam a excelência científica e a visibilidade internacional, como o fomento à interdisciplinaridade, a construção de redes de colaboração transnacionais e o investimento em infraestrutura de pesquisa. Essa abordagem, embora contribua para elevar os padrões de qualidade da produção acadêmica, pode, por outro lado, restringir a diversidade de abordagens metodológicas e a exploração de temas menos convencionais, que nem sempre encontram espaço nos periódicos de maior prestígio.

O “mundializado” oligopólio editorial científico

Sem a pretensão de elaborar um catálogo exaustivo das principais editoras científicas globais, nosso trabalho busca refletir sobre a dinâmica complexa que envolve a publicação de pesquisas em um cenário internacional marcado pela concentração de poder em um seleto grupo de conglomerados editoriais. Enquanto no Brasil dispomos de sistemas de avaliação como o Qualis, aberto para consulta no sistema Sucupira via plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que oferecem uma classificação detalhada dos periódicos nacionais, o panorama internacional apresenta um cenário mais heterogêneo, caracterizado pela preponderância de grandes editoras que detêm o controle sobre as revistas de maior impacto, nas quais pesquisadores de diversas nacionalidades buscam publicar seus trabalhos.

Analogamente à mundialização do capital, que permeia e molda todas as esferas da vida social, o sistema científico contemporâneo encontra-se submetido à crescente influência de um oligopólio de editoras científicas. Essas corporações detêm o controle sobre a publicação dos periódicos de maior prestígio, exercendo um poder considerável sobre a produção do conhecimento e as práticas acadêmicas globais.

A *Reed Elsevier*, a *Springer Nature*, a *Taylor & Francis*, a *Wiley-Blackwell* e a *Sage Publishing* figuram entre os principais atores no cenário editorial científico global. A trajetória singular de cada uma dessas corporações, marcada por fusões, aquisições e expansões estratégicas, as consolidou como verdadeiras potências no mercado, detentoras de um vasto portfólio de periódicos de alto impacto e capazes de influenciar decisivamente as práticas de publicação e as políticas científicas em escala internacional.

A *Reed Elsevier*, gigante editorial consolidado em 1992 pela união da britânica *Reed International* e da holandesa *NV Uitgeversmaatschappij Elsevier*, representa um dos mais emblemáticos casos de concentração no mercado de publicações científicas. Com raízes que se estendem ao século XIX, a *Elsevier*, em particular, desempenhou um papel fundamental na expansão da comunicação acadêmica, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

A *Springer Nature*, conglomerado editorial resultante da união entre a centenária *Springer Science Business Media* e a prestigiada *Nature Publishing Group* em 2015, representa outro marco na consolidação do mercado de publicações científicas. A *Springer*, com histórias que remontam ao século XIX, possui um legado consolidado na publicação de obras nas mais diversas áreas do conhecimento, enquanto a *Nature Publishing Group*, conhecida mundialmente por sua revista homônima, é sinônimo de excelência em pesquisa. Essa fusão estratégica deu origem a uma das maiores editoras científicas do mundo, que, além de disseminar conhecimento de ponta, estabelece padrões rigorosos de qualidade editorial e investe em iniciativas de acesso aberto, democratizando o acesso à informação científica.

Fundada em 1798, a *Taylor & Francis*, com sua secular tradição na publicação de periódicos nas áreas de ciências sociais e humanas, figura entre os atores mais influentes do mercado editorial científico. A editora, reconhecida por títulos de prestígio como o *Journal of Management* e o *Social Science & Medicine*, tem se destacado por sua adaptabilidade às transformações do ambiente acadêmico, promovendo a transparência e a reprodutibilidade na pesquisa.

O *Wiley-Blackwell*, é também um conglomerado editorial resultante da união entre a centenária *Wiley* e a *Blackwell Publishing* em 2007, e configura um dos grupos mais relevantes no cenário da publicação científica contemporânea global. O *Wiley*, com raízes que se estendem também ao século XIX, e a *Blackwell*, reconhecida por sua expertise em ciências

sociais e humanas, uniram seus portfólios, consolidando uma presença em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as ciências da saúde e exatas.

A *Sage Publishing*, fundada em 1965, emergiu como uma referência na publicação de pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas, principalmente pela inovação e pelo compromisso com o acesso aberto. A editora, reconhecida por títulos conhecidos como o *American Journal of Sociology* e o *Journal of Management Studies*, tem sido pioneira na promoção de debates sobre temas sociais a nível internacional.

Quem pode pagar? Os custos associados à publicação em periódicos científicos apresentam uma variação considerável entre as diferentes editoras, refletindo a complexidade de um mercado editorial cada vez mais diversificado. A *Taylor & Francis*, estabelece uma ampla faixa de preços, que pode oscilar entre US\$ 100 e US\$ 10.000, em função da relevância e do impacto da revista. A *Sage Publishing*, por sua vez, adota uma política de preços mais homogênea, situando-se entre US\$ 800 e US\$ 1.200 por artigo. O *Wolters Kluwer* e outras grandes editoras, embora apresentem valores semelhantes, podem ajustar suas tarifas com base em critérios como o campo de pesquisa e o modelo de acesso ao conteúdo, seja ele aberto ou restrito a assinantes.

Os elevados custos associados à publicação em periódicos científicos constituem um obstáculo significativo ao acesso democrático ao conhecimento, sobretudo para pesquisadores e instituições de países em desenvolvimento, como as universidades latino-americanas. Segundo Silva Júnior (2023) as editoras científicas, ao monopolizarem o acesso ao conhecimento e cobrarem taxas elevadas, geram lucros substanciais, como evidenciado pelo volume fiscal das grandes editoras, que totalizou mais de US\$ 20 bilhões em 2020 (Silva Júnior, 2023, p. 11).

A centralidade do Banco Mundial na complexa rede que vincula *rankings* acadêmicos a parcerias com revistas de alto impacto beneficia significativamente os grandes grupos editoriais. Ao priorizar indicadores diretamente relacionados à publicação em periódicos de renome, as instituições classificatórias fortalecem a posição de mercado dessas editoras e reforçam a lógica mercantil que permeia o ambiente acadêmico contemporâneo. Embora inegável o rigor e a credibilidade associados aos processos de avaliação por pares realizados por essas publicações, a hegemonia que exercem sobre a produção científica impõe às

universidades a necessidade de alinhar suas pesquisas aos padrões e interesses do mercado global.

Por isso, o conceito de "universidade de classe mundial", intrinsecamente ligado a essa lógica, é incentivador da produção de conhecimento padronizado e alinhado às demandas das grandes editoras, em detrimento da diversidade de abordagens e da relevância local. Assim, ao submeter as instituições de ensino superior a uma lógica de mercado, compromete a autonomia acadêmica e a capacidade das universidades de responderem às demandas específicas de seus contextos sociais e culturais.

Hazelkorn (2013) demonstra como a centralidade das grandes editoras e plataformas de dados científicos na avaliação institucional acentua disparidades globais. Ao privilegiar indicadores bibliométricos como número de publicações e citações, a autora revela um viés que beneficia áreas com maior produtividade e reforça a hegemonia da língua inglesa. A valorização de revistas internacionais revisadas por pares, perpetuada por essas métricas, amplia as desigualdades entre países e instituições, favorecendo aqueles com maior domínio da produção científica em inglês.

A concentração do mercado editorial científico, dominado por poucas grandes corporações, resulta em um cenário de inelasticidade, onde a ausência de concorrência efetiva concede a essas empresas o poder de ditar preços e condições de acesso aos conteúdos. A pesquisa de Larivière, Haustein e Mongeo (2015) corrobora essa assertiva, ao revelar que mais de metade dos documentos indexados na Web of Science são publicados por apenas seis grandes editoras, atestando a acentuada centralização do poder nesse mercado.

Dessa forma, a prevalência de grandes editoras na publicação científica não apenas maximiza seus lucros (Aspesi, 2019), mas também exerce uma influência substancial sobre a própria trajetória da pesquisa global. As métricas e padrões estabelecidos por esses conglomerados expressam, em grande medida, as prioridades de financiamento e as agendas de pesquisa (Guédon, 2011). A adoção generalizada de taxas de processamento de artigos (APC) por periódicos de acesso aberto, conforme evidenciado por Ellers, Crowter e Harvey (2017), demonstra a astúcia com que esse oligopólio se adapta às demandas por maior transparência e acessibilidade, ao mesmo tempo em que consolida seu domínio e potencializa seus ganhos financeiros.

Produção de Conhecimento-mercadoria

A produção de conhecimento, historicamente vinculada à busca pela verdade e ao avanço intelectual, encontra-se cada vez mais submetida às engrenagens do mercado. O conceito de conhecimento-mercadoria, destacado por Silva Júnior (2017), encapsula essa transformação, na qual o saber é instrumentalizado como um ativo econômico, disposto pelas demandas e imperativos da acumulação capitalista. A produção científica, nesse contexto, é orientada para a geração de bens e serviços de alta tecnologia, alinhada com a lógica da rentabilidade financeira. No cenário brasileiro, a intensificação dessa tendência é evidenciada por políticas públicas como o V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que explicitamente incentivam a articulação entre a academia e o setor produtivo, submetendo a pesquisa científica a critérios de mercado.

A mercantilização do conhecimento no Brasil se manifesta por meio da imposição de critérios de excelência pelas agências de fomento e nas parcerias público-privadas. Essa dinâmica categoriza as instituições de ensino superior com base no impacto mercantil do conhecimento produzido. O conceito de "conhecimento-mercadoria" emerge como uma consequência direta dessa mercantilização, caracterizado por sua prontidão para ser transformado em produtos e processos que visam lucros imediatos. O professor-pesquisador, nesse contexto, é compelido a adaptar sua produção intelectual às demandas do mercado, resultando em um processo de estranhamento em relação ao seu objeto de pesquisa e à sua identidade profissional. Legislações como a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/04 e 13.243/16) reforçam essa tendência ao criar um ambiente propício para a mercantilização do conhecimento, com amparo político e jurídico.

Em jogo nesse cenário, encontra-se a complexa interação entre o poder simbólico do capital financeiro sobre o campo político e, por conseguinte, sobre os atores jurídicos. Essa dinâmica resulta na produção de um arcabouço legal que, ao garantir a propriedade intelectual e os direitos de mercado, transforma o conhecimento, tradicionalmente concebido como bem comum e acessível,

Segundo Machado (2007), a mercantilização do conhecimento no contexto científico brasileiro se manifesta por meio de um processo dessa objetivação do saber, no qual a produção e a circulação do conhecimento são instrumentalizadas e direcionadas por interesses financeiros e corporativos, configurando o que denominamos de "conhecimento-

mercadoria". Essa transformação, como apontam as análises de Marx (2013; 2017) sobre a fetichização da mercadoria, resulta na perda da essência do conhecimento, que é desvinculado de seu caráter social e histórico.

Nessa rede de causalidades que permeia o universo científico brasileiro, submetendo a produção do conhecimento a uma lógica cada vez mais capitalizada, acentua a dependência das instituições acadêmicas e grandes corporações. A mercantilização do saber, como alertam Oliveira (2005) e Silva Júnior (2017), subverte a natureza intrínseca da pesquisa, subordinando-a a interesses financeiros e agendas corporativas, e transformando o conhecimento em uma *commodity*, negociada no mercado.

Embora à primeira vista possa parecer um fenômeno circunstancial, o contexto em questão revela-se produto de uma ordem causal mais profunda, moldada por diretrizes institucionais emanadas do Banco Mundial. Tais diretrizes, com o propósito de elevar o padrão das instituições de ensino superior a um nível globalmente competitivo, exercem uma influência significativa sobre as práticas de pesquisa em universidades de renome internacional.

Caracterizado por um conjunto de elementos que visam a excelência acadêmica e a inserção global, o modelo em questão se destaca pela primazia da internacionalização, como salientam Altbach e Salmi (2011). Nesse contexto, as instituições são impulsionadas a cultivar uma cultura de pesquisa científica de alta produtividade, alinhada aos padrões internacionais.

A demanda por um novo perfil de docente e pesquisador, imerso em uma cultura de pesquisa científica e com a capacidade de estabelecer colaborações em redes internacionais, é um dos pilares do modelo de universidade global preconizado pelo Banco Mundial. Essa tendência, que impulsiona uma hierarquização acirrada entre instituições, está fomentando a competição desenfreada por recursos e reconhecimento. Em um cenário marcado pela valorização da produção científica quantificável, os pares acadêmicos, além de concorrentes, tornam-se também cúmplices nessa dinâmica, exibindo em seus portfólios digitais os indicadores que atestam o sucesso de suas respectivas instituições.

A expansão das instituições de ensino superior em um cenário global em constante mutação, como salientam Fargoni et al. (2023), é impulsionada pela imperiosa necessidade de formar profissionais altamente qualificados, capazes de atender às demandas cada vez mais diferenciadas do mercado de trabalho. Por exemplo, a rápidas transformações

desencadeadas após a pandemia de COVID-19, com destaque para a ascensão da indústria verde e das inteligências artificiais,

A aparente conexão entre o oligopólio das editoras científicas, os *rankings* internacionais que preconizam um ideal de universidade de classe mundial e a intensificação da mercantilização do conhecimento organizam uma dinâmica complexa. Ao avaliarem as instituições com base em métricas como produção científica, ensino e internacionalização, esses *rankings* incentivam uma competição acirrada por visibilidade global, impulsionando as universidades a publicarem em periódicos de alto impacto, frequentemente associados a grandes grupos editoriais. Essa dinâmica, por sua vez, fortalece o poder de mercado dessas corporações, que se beneficiam financeiramente da crescente demanda por publicação em revistas de prestígio.

Os *rankings* mencionados, configurados como instrumentos de classificação das instituições de ensino superior, baseiam-se em uma multiplicidade de indicadores que visam avaliar a qualidade institucional. Ao considerarem fatores como reputação acadêmica, produtividade científica e relação professor-aluno, entre outros, esses sistemas de classificação estabelecem uma hierarquia entre as instituições. Contudo, a pretensa objetividade desses *rankings* é frequentemente questionada, uma vez que reduzem a complexidade inerente às instituições educacionais a um conjunto limitado de indicadores.

A noção de um ranking universal capaz de mensurar a "qualidade" das instituições de ensino superior, como pondera Harvey (2008), revela-se problemática ao desconsiderar a natureza multifacetada e contextualizada do conceito de qualidade. A imposição de métricas quantitativas padronizadas, incapazes de abarcar a complexidade das realidades institucionais e socioeconômicas, resulta em uma comparação desigual entre instituições, obscurecendo suas especificidades e contribuições singulares.

Fargoni et al. (2024) ressaltam a discrepância entre a ampla adesão discursiva das instituições aos *rankings* globais e a imprecisão de seus efeitos e impactos reais. Essa divergência evidencia a necessidade de uma análise contextualizada, capaz de apreender as nuances e particularidades de cada instituição, uma vez que os efeitos dos *rankings* são mediados por fatores institucionais específicos.

Esses nexos são sustentados por um conjunto de valores, como excelência, competitividade e distinção, que se tornaram centrais na governança das instituições de

ensino superior, como aponta Hazelkorn (2010). No contexto brasileiro, onde a pesquisa científica concentra-se predominantementeⁱⁱ nas universidades públicas, a busca por melhores posições nos *rankings* globais tem impulsionado a priorização de indicadores que, por vezes, não refletem a qualidade educacional média do país, desconsiderando a diversidade institucional e as especificidades do sistema de ensino superior nacional.

Considerações finais

A intersecção entre as métricas dos *rankings* internacionais, a concentração oligopolística do mercado editorial científico e o processo de produção de conhecimento no Brasil configura um cenário preocupante de mercantilização do saber. A obsessão por índices de impacto, subjuga a pesquisa acadêmica a uma lógica competitiva que, ao desconsiderar as particularidades contextuais e as demandas sociais, aliena os pesquisadores de seu papel transformador na sociedade. Ao incentivar a produção em massa de artigos em detrimento da profundidade analítica, resulta em uma produção científica desconectada das realidades e desafios do país, podendo comprometer a relevância social da pesquisa e perpetuando as assimetrias do sistema científico global.

A subordinação das universidades a métricas de desempenho e a publicação em revistas de prestígio, frequentemente monopolizadas por um restrito grupo editorial, constitui uma ameaça latente à autonomia institucional. Tal cenário instaura um ciclo vicioso, no qual a busca incessante por reconhecimento e recursos financeiros desmonta a missão fundamental da academia: a produção de conhecimento que reverbere positivamente em toda a sociedade global.

As transformações macroeconômicas, ao se propagarem por diferentes economias nacionais, sofrem processos de domesticação peculiares. No contexto brasileiro, os impactos dessas dinâmicas podem ser compreendidos à luz do conceito de "ornitorrinco" proposto por Francisco de Oliveira (2003). Essa metáfora, que evoca uma criatura híbrida e contraditória, espelha a complexidade da universidade pública brasileira. A instituição, ao mesmo tempo em que se ancora na tradição iluminista da produção do conhecimento e da formação de cidadãos críticos, encontra-se submetida às pressões cada vez mais intensas de uma academia cada vez mais mercantilizada.

A produção de conhecimento enquanto mercadoria evidencia a intrínseca dualidade da universidade pública: a busca pela excelência acadêmica, que pressupõe investimentos e

autonomia, tensiona-se com a exigência de resultados práticos e imediatos, submetendo-a a lógicas mercantilizantes. Essa ambivalência, similar à natureza híbrida do ornitorrinco, revela a complexidade da instituição que se encontra em um constante tensionamento entre tradição e modernidade, público e privado. Contudo, nossa crítica à mercantilização não nega importância da inovação e da transferência de tecnologia, mas sim um chamado urgente para a reconfiguração das práticas acadêmicas e editoriais, evitando a submersão completa no oceano mercadológico que perpetua as desigualdades e a alienação.

Referências

ALTBACH, Phillip; SALMI, Jamil. **El camino hacia la excelencia académica: la constitución de Universidades de Investigación de Rango Mundial**. Tradução para o espanhol: Ediciones Condo e Banco Mundial. Washington, EUA: Banco Mundial, 2011.

ASPESI, Claudio. **SPARC landscape analysis: the changing academic publishing industry: implications for academic institutions**. Washington: SPARC, 2019.

BANCO MUNDIAL. **O desafio de estabelecer universidades de classe mundial**. Washington, D.C.: World Bank, 2009.

BANCO MUNDIAL. **O caminho para a excelência acadêmica: a criação de universidades de pesquisa de classe mundial**. Washington, D.C.: World Bank, 2011.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm Acesso em: 15 jul. 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

ELLERS, Jacintha; CROWTHER, Thomas; HARVEY, Jeffrey. Gold Open Access publishing in mega-journals: developing countries pay the price of western premium academic output. **Journal of Scholarly Publishing**, v. 49, n. 1, p. 89-102, 2017.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. A ciência no contexto neoliberal brasileiro. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 14, n. 36, p. 1006–1028, 2023.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. Capitalismo acadêmico e a competição alienante entre professores-pesquisadores nos rankings de educação superior. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 2, 2024.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras. 2007.

GUÉDON, Jean-Claude. El acceso abierto y la división entre ciência “principal” y “periférica”. **Crítica y Emancipación**, v. 3, n. 6, p. 135-180, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, Lee. Editorial. Rankings of higher education institutions: a critical review. **Quality in Higher Education**, Abingdon, v. 14, n. 3, p. 187-207, nov. 2008.

HAZELKORN, Ellen. Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas de políticas. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 1, p. 43-64, 2010.

HAZELKORN, Ellen. World-Class Universities or World Class Systems?: Rankings and Higher Education Policy Choices. In: HAZELKORN, Ellen; WELLS, Peter; MAROPE, Priscilla Toka. (Eds.). **Rankings and Accountability in Higher Education**: Uses and Misuses. Paris: UNESCO, 2013.

KNIGHT, Jane. Transnational education remodeled: towards a common TNE framework and definitions. **Journal of Studies in International Education**, v. 20, n. 1. p. 34-47, 2016.

LARIVIÉRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEO, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **Plos One**, v. 10, n. 6, 2015.

MACHADO, Nilson José. **Conhecimento**: entre a Mercadoria e a Dádiva. Projeto Reflexões, Rio Grande do Sul. 2007.

MARGINSON, Simon. Global university ranking and performance improvement: what kind of international academic relations are created by rankings? **IREG - CONFERENCE**, 8.: 2016, Lisboa.

MARGINSON, Simon. Do rankings drive better performance? **International Higher Education**, n. 89, Spring 2017.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência. A determinação social do método**. São Paulo: Boitempo. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa. Ciência: força produtiva ou mercadoria? **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 21, p. 77-96. 2005.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?** – 1.ed. – Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Rankings, trabalho do pesquisador e capital financeiro. **Educação & Sociedade**, v. 44, 2023.

Notas

ⁱ Universidade de São Paulo (USP). Ranking QS World aponta USP como a 85ª melhor universidade do mundo; FDUSP sobe para 47ª posição. Notícia. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/b290c3cb6260-ranking-qs-world-aponta-usp-como-a-85-melhor-universidade-do-mundo-fdusp-sobe-para-47> Acesso em: 15 jul. 2024.

ⁱⁱ Universidades públicas realizam mais de 95% da Ciência no Brasil. Laboratório UFPA, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://ufpa.br/universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil/> Acesso em: 23 jul. 2024.

Sobre os autores

Everton Henrique Eleutério Fargoni

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação e pedagogo pela UFSCar. Professor e Pesquisador do grupo em economia política da educação e formação humana (GEPEFH/UFSCar). Pesquisador do eixo de pesquisa "Produção de conhecimento" da Rede Universitas/BR.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7536-9126> E-mail: evertonfargoni@gmail.com

João dos Reis Silva Júnior

Livre Docente (USP). Professor Titular do Departamento de Educação (UFSCar). Pós-doutor em Economia (USP e University of London). Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Administração (PUC-SP). Professor visitante da Arizona State University (EUA). Pesquisador do CNPq.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2667-0371> E-mail: jr@ufscar.br

Afrânio Mendes Catani

Livre Docente em Educação e Professor Titular da Faculdade de Educação da USP. Mestre e Doutor em Sociologia (USP), graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Pós-Doutorado na Middlesex University London. Professor visitante na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), campus de Duque de Caxias. Pesquisador do CNPq.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0656-3931> E-mail: amcatani@usp.br

Recebido em: 03/09/2024

Aceito para publicação em: 18/10/2024